



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 20ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 07 de abril de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e três minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetuasse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 27/2015. Requerimentos nº 129 ao nº 144. Indicações nº 321 ao nº 397. Ofício SEAJUR/ATL nº 062/2015, em resposta ao requerimento nº 87/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 060/2015, em resposta ao requerimento nº 55/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 065/2015, em resposta ao requerimento nº 66/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 064/2015, em resposta ao requerimento nº 72/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 063/2015, em resposta ao requerimento nº 79/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 066/2015, em resposta ao requerimento nº 80/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 059/2015, em resposta ao requerimento nº 82/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 069/2015, em resposta ao requerimento nº 90/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 071/2015, em resposta ao requerimento nº 101/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 067/2015, em resposta ao requerimento nº 106/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 068/2015, em resposta ao requerimento nº 107/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 073/2015, em resposta ao requerimento nº 83/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 070/2015, em resposta ao requerimento nº 81/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Professor Paulino, Luiz Frare, Cláudio Gaitero, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Luiz Amélio Burgarelli e Romulo Quintino. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA** – Presidente: Deixo palavra livre pra inclusão do destaque para a ordem do dia. (não houve). Antes de iniciarmos a ordem do dia, essa Casa recebe nesta tarde de hoje uma visita ilustre, uma autoridade do estado do Paraná, ex-presidente dessa Casa, senhor Severino Folador, nomeado recentemente pelo governador do estado do Paraná, Beto Richa, coordenador do oeste do Paraná dos assuntos do governo do estado. Então convidei o Folador, que estivesse presente nesta tarde, pra que pudesse falar aqui da tribuna, ao povo de Cascavel, a essa Casa, em nome do governo do estado. Então convido o nosso convidado pra usar da tribuna. (O senhor Severino Folador no uso da palavra discorreu sobre seu papel e suas ações no estado; ao final agradeceu a oportunidade) – Presidente: É um privilégio e um prazer ter uma pessoa que já presidiu essa Casa, numa função tão importante como essa. Tenho certeza absoluta que essa Casa usará muito do senhor, porque todos os assuntos que aqui são debatidos são de interesse da população. Vossa função é uma função fundamental fazendo essa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

intermediação e tenho certeza que muitas vezes os vereadores que compõem essa Casa de Leis estarão lhe procurando pra passar as demandas da nossa população e tenho certeza que com essa sinceridade, que já é uma característica própria de Vossa Excelência, tenho certeza que no seu trabalho o senhor conseguirá auxiliar e muito todas essas demandas da cidade de Cascavel. Muito obrigado! Deixo Vossa Excelência livre, se quiser acompanhar nossa sessão, mas também sei dos seus compromissos; então se tiver que nos deixar fica desde já registrado nosso agradecimento com sua presença. - Severino Folador: Agradeço. Grande abraço pra vocês. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Damos início à ordem do dia. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei complementar nº 01/2015 que altera a redação da alínea "d", inciso II, do artigo 57 da lei complementar nº 64/2009 de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem, Projeto de lei aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores. Antes de iniciarmos a segunda discussão e votação do Projeto de lei nº 21, quero fazer um registro que devia ter feito no começo da sessão, tendo em vista a ausência do vereador Marcos Rios, que está de licença. O Regimento Interno no seu artigo 36 estabelece a prerrogativa do presidente que substitua o vereador Marcos Rios da Comissão de Trabalho e Legislação Social, então peço que seja registrado nos anais dessa Casa que estou nomeando pra o lugar do vereador Marcos Rios, o vereador Romulo Quintino pra substituí-lo na Comissão de Trabalho e Legislação Social. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 21/2015, que dispõe sobre autorização para concessão de uso do lote nº 05, quadra nº 405, matrícula nº 25.864 do 2º Cartório de Registro de Imóveis do Município de Cascavel, e dá outras providências, de autoria do Executivo Municipal; em discussão o projeto. Em votação o Projeto de lei nº 21/2015, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em única discussão e votação a emenda nº 1/2015 do Projeto de lei nº 105/2014, modificando o inciso II, de autoria do vereador Pedro Martendal. A referida emenda recebeu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça; em discussão o parecer. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Só um pequeno detalhe, no caso a emenda é de minha autoria eu não teria direito à 10 minutos? – Presidente: Os 10 minutos seriam para o presidente da CCJ que deu o parecer, depois vamos discutir a emenda que daí, o senhor teria 10 minutos. – Pedro Martendal: Então, vou me ater ao parecer. Venho a essa tribuna, não chateado, mas triste, porque aconteceu algo que acho que denigre a imagem dessa Câmara. Tenho o parecer nº 10/2015 da Comissão de Justiça e Redação, contrário a minha emenda. Se os senhores tiverem acesso e devem ter aí, da sua assessoria; o parecer é um tanto equivocado e confuso, pois quando altero o inciso II do artigo 15 e tiro a palavra “sinos” estou permitindo que os sinos voltem a ser acionados, já que não é só uma questão religiosa, é cultural. Em muitas cidades do interior se utiliza inclusive o sino, pra avisar que algum morador daquela cidade veio a óbito. É bastante confuso



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aqui, quando dá impressão que estão defendendo a permanência, ou seja, a retirada da proibição dos sinos. E pra fechar o parecer, ele encerra da seguinte maneira: *em se tratando de assunto técnico, como já exposto é essencial a presença de uma justificativa a altura, pra se propor alteração a uma proposição com tão refinado apreço técnico.* Um pouco antes em outro tópico, a Comissão diz o seguinte: assim em análise à emenda, bem como a supressão do inciso III e IV do artigo 15, bem como, da supressão integral dos artigos 17, 18 e 19, sem a devida justificativa a qual é obrigatório, conforme determina e preceitua a lei complementar nº 95/1998, mais especificamente no artigo 11 e incisos. No mesmo parecer tem o artigo 11, que não tem nada a ver com a exigência de justificativa. Procurei pesquisar e não tem exigência de justificativa e eu só não coloquei justificativa, porque eu tenho um projeto onde altera o protocolo de emendas; porque não tem como a gente chegar aqui 13:30 e 14:30 horas e, encerrou o período de emendas. Pois bem, então a douta Comissão julgou minha emenda inconstitucional, para surpresa e aí vem o motivo da minha tristeza, o parecer nº 25/2015 da mesma Comissão, uma emenda de autoria do proponente do projeto e praticamente igual, e que depois vamos discutir, onde o parecer é favorável. Então eu chego à conclusão que: não está se legislando pelo conteúdo da emenda e sim, por quem a subscreve. Como pode 20 dias depois, uma emenda ter um parecer exatamente o contrário do parecer da minha emenda? Se as duas emendas, vamos discutir na sequência, quando a emenda nº 2 for discutida; vocês vão ver que as emendas são praticamente iguais, se complementam um pouquinho. Então venho pra essa tribuna triste, porque em dois anos que fiquei na Comissão de Justiça jamais analisei um projeto por quem propôs, sempre por seu conteúdo. Temos aqui o João Paulo de Lima que pode afirmar isso, e o vereador Vanderlei Augusto da Silva, jamais discutimos. Os projetos de muitos vereadores, às vezes ficava até chateado, quando o parecer era contrário, mas nós íamos pelo conteúdo; então peço que os senhores analisem com carinho e vamos corrigir este equívoco da Comissão de Justiça. Temos a possibilidade de corrigir este equívoco da Comissão de Justiça votando contra este parecer e que deu contrário a minha emenda. Muito obrigado! (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Na verdade, a Comissão de Justiça quando exarou o parecer contrário quando tratava do assunto “sinos”, porque nós entendemos que nós não estamos tratando...eu entendo da cultura dos sinos, os senhor sabe que sou católico e defendo os sinos nas igrejas, mas a emenda dizia que ficava livre o horário dos sinos e tem que ter um horário, um limite e é o que a emenda do vereador Romulo Quintino está dizendo, que é das 22:00 às 7:00 não pode ter o sino tocando. Nós já tivemos problema em Cascavel do buzinaço da paróquia São Cristóvão, quando da festa dos motoristas. Tivemos sérios problemas, porque temos que respeitar o direito daquele que não é católico, também. Compreendo sua emenda, acho importante, mas temos que analisar essa situação técnica. Foi neste sentido que a Comissão exarou o parecer; não temos nada contra sua pessoa. Achamos importante a emenda, mas entendemos que temos que respeitar aqueles que não são



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

católicos também, que são evangélicos, ateus, e se nós vamos deixar o sino livre pra bater durante a noite toda ou em qualquer horário da noite, a situação é complicada. Foi neste sentido que a Comissão exarou o parecer e a emenda do vereador Romulo Quintino trouxe a seguinte justificativa: que no horário das 22 às 7 da manhã, isso não é possível. Foi dessa forma que a Comissão emitiu o parecer; portanto foi dessa forma que foi emitido parecer contrário. Fique-se justificado pra que em outros momentos, por exemplo, na festa de São Cristóvão próxima, no horário a partir das 7 horas da manhã pode sem problema; mas até 7 horas da manhã não pode buzinação e isso era um grande problema. Nós tivemos há poucos dias a Semana Santa e em alguns lugares das comunidades o sino batia 5:30 da manhã, outros 6 hora da manhã e as pessoas idosas, doentes? Nós, não temos que respeitar? Temos que respeitar. Então foi neste sentido que o parecer foi contrário limitando-se o horário. O sino pode tocar sim, no período de 7 da manhã às 22 horas. Muito obrigado! (- Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: A questão não é se gosta ou não do sino, acho que isso tem que ser discutido como for discutida a emenda e não o parecer. A minha preocupação e o que me move a vir à tribuna é a fala do vereador Pedro Martendal, que acho que lamentavelmente está correta. Porque aparentemente nós tivemos um parecer político e não técnico. Temos diversas Comissões, temos 10 Comissões e das 10 Comissões tem 2 que são fundamentais pra Casa e, devem ser blindadas de qualquer interesse político partidário e de quem assina a emenda; que são justamente: Finanças e a CCJ. Eu entendo a Viação e Obras discutir o mérito, é legítimo, não é bom, mas é legítimo, possível. Eu entendo a Educação discutir mérito, é possível, mas a CCJ tem que discutir se é legal ou se não é legal; se é constitucional ou se não é constitucional. Só isso! Se o sino toca ou não toca não é problema da CCJ, é problema depois no debate da emenda e não da CCJ; e então a impressão que tenho é que, a justificativa dada pela CCJ é que como não há justificativa na emenda do vereador Pedro Martendal, nós estamos dando parecer contrário. Estou aqui com a justificativa, o parecer, e a emenda; o vereador Romulo Quintino também, não deu à justificativa e o parecer é favorável. Então o meu incômodo não é se o sino pode ou não tocar; este debate é depois, meu incômodo é que aparentemente houve uma posição política, de grupo da CCJ e no meu entendimento é a única Comissão que tem que ser blindada a qualquer debate de interesses dessa Casa. Todo mundo aqui está posicionado, não é segredo e não é problema; é legítimo! Por exemplo, ontem tivemos um voto de minerva favorável ao Executivo do presidente da Câmara, legítimo, não há problema nenhum. Nós tivemos 2 anos de um presidente da Casa crítico, feroz ao Executivo, legítimo! Teremos 2 anos de um presidente mais simpático ao Executivo, legítimo! Isso não pode ser questionado é do jogo democrático. Agora, não é do jogo democrático uma Comissão que deve ser blindada politicamente fazer o jogo político que aparentemente fez, porque a justificativa do parecer contrário é que não há justificativa na emenda, sendo que a outra emenda do vereador Romulo Quintino foi favorável, sendo que não há justificativa. Então encerrando minha fala, meu debate não é se o sino pode tocar ou



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

não pode tocar; a minha preocupação é abirmos um precedente que coloca em risco todo mecanismo democrático dessa Casa, de nós termos um CCJ que faz um parecer politizado e não um parecer técnico. É a única, talvez a principal Comissão que precisa ter parecer técnico, tem que ser blindada dos interesses dessa Casa, que são legítimos fora dessa Comissão; por isso me preocupa abrir este precedente. Por isso vim à tribuna; incomodado com a fala do vereador Pedro Martendal que, acredito que infelizmente ele tem razão, neste caso. Temos nossas diferenças, eu como comunista e ele como tucano; porém neste caso, creio que ele está correto e não é bom pra Casa este debate. Nós não podemos perder a credibilidade nas Comissões, em especial Finanças e CCJ. Obrigado. – Vereador Romulo Quintino: Falar sobre este importante projeto, falaremos na sequência; mas quero discordar de maneira respeitosa dos colegas Pedro Martendal e Paulo Porto, no sentido que entendo que a Comissão é profundamente técnica e expede um parecer profundamente técnico. Mas é inevitável dizer que, existem algumas situações que são questionáveis. O vereador Pedro Martendal bem disse, durante seu mandato diante da Comissão de Justiça sobre o trabalho que fez, trabalho qual admiro, reconheço como muito importante; mas em muitos momentos os pareceres que foram emitidos por ele aqui, pela Comissão naquele momento, foram questionados em vários aspectos, principalmente pela bancada de oposição; o que é perfeitamente natural. Foram questionados os senhores devem concordar comigo, isso está registrado nos anais. Foram questionados, fortemente questionados e naturalmente continuam sendo questionados pela mesma bancada, como disse o vereador Paulo Porto é plenamente natural; agora, desmerecer a Comissão de Constituição e Justiça como vimos aqui, ou o parecer por ela expedido é de uma gravidade tamanha. Quero dizer que, já tive sérias divergências no que diz respeito a alguns projetos que foram analisados por essa Comissão de Constituição e Justiça, na presidência do vereador Vanderlei Augusto da Silva; mas tive pareceres que a meu ver não deviam ser emitidos daquela forma, mas foram emitidos pela Comissão e concordei com a Comissão pela autoridade da Comissão e pela forma técnica com que trataram aqueles momentos. Agora, eles deram esse parecer favorável o qual respeito, assim como, respeito àqueles que foram posicionados de maneira diferente, antes. Mas quero deixar aqui registrado, o trabalho sério que tem sido feito pela Comissão de Constituição e Justiça. Acho que pegaram um extremo muito perigoso ao falar, como foi falado da Comissão. – Vereador Jaime Vasatta: Lamento também, as palavras do vereador Paulo Porto pelo qual tenho o maior respeito. E existe uma certa blindagem mesmo, porque este parecer vai ser decido no Plenário com os demais vereadores; cabe ao Plenário ser soberano sobre essa situação. Então com todo respeito, como o vereador Vanderlei Augusto da Silva falou, temos que ter respeito por todas as religiões, a festa de São Cristóvão realmente tem trazido alguns problemas e a cidade é bem dimensionada em relação a isso. Temos hospitais na cidade, indústrias, onde deve ser as indústrias; residências onde tem que ser as residências, então a questão do parecer tem que ser...temos que avaliar bem essa questão. Acho que não houve uma blindagem e sim, um parecer de forma correta.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Está aqui pra os vereadores decidirem. Obrigado. – Vereador Romulo Quintino: A questão da emenda, da data da emenda questionada pelo vereador. Este projeto foi votado em primeira votação há 2 meses mais ou menos, a pedido da Acic, Sinduscon, entidades organizadas. Nós não colocamos pra fazer as correções e adaptações necessárias, então esteve passivo sobre a possibilidade de emenda até a data de ontem. Não foram feitas mais emendas, estavam dentro do prazo regimental pra serem colocadas; agora deixar dito com todas as palavras: não sei como os senhores conseguiram arrumar confusão com o sino da igreja. Vejam bem, o capítulo 5, artigo 9º, parágrafo único: *não serão computadas pra fim de limites de decibéis e horários as situações de estado de emergência. Inciso I: sirene, aparelhagem de sinalização, Siate, Samu, por explosivos usados excepcionalmente, inciso III: por templo de qualquer culto ou cultos ao ar livre, no horário compreendido das 8 as 22.* Daqui a pouco vocês vão instalar uma guerra santa aqui nesta Câmara e, dizer que o pastor que é evangélico está contra os católicos; que é isso. Então, reservando e respeitando toda e qualquer questão religiosa e da tradição dos trabalhos da igreja católica, evangélica, ou seja, qual for, por templo de qualquer culto está compreendido como reservado e intocado essas questões. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Vejo aqui no corpo do parecer contrário, que uma das justificativas do parecer contrário é que: a emenda não tinha justificativa. Nós estávamos analisando a emenda nº 2 que teve parecer favorável, a emenda nº 2 também, não tem justificativa e como a nº 1 tem parecer contrário e a nº 2 sem justificativa também, não tem? Então, não querendo ser contra o parecer da CCJ ou favorável ao parecer da CCJ, mas as duas estão erradas; porque as duas deveriam ter parecer contrário ou as duas favoráveis, porque se existe erro na primeira, existe na segunda e então; precisamos reanalisar – Vereador Paulo Porto: Retomando, a justificativa do parecer é a seguinte: assim em análise a emenda e com a supressão dos artigos pá pá pá...é obrigatória a justificativa, conforme determina a lei tal e aí segue e fala aqui: em se tratando de assunto técnico, como já exposto é essencial a presença de uma justificativa e dada a ausência da justificativa, o parecer é contrário. Ora, a outra emenda também não tem justificativa. Agora, quanto ao sino não é este o debate; gostaria que vocês me respondessem em relação à questão técnica, particularmente em relação ao mérito ou votarei com a emenda do Romulo Quintino e não com o Pedro Martendal, mas é o mérito da emenda, não estamos discutindo o mérito agora; estamos discutindo o parecer técnico e infelizmente, ele foi pouco técnico ou pelo menos não há justificativa. A justificativa de que não há justificativa não se justifica em relação à segunda emenda que foi parecer favorável, então gostaria que se ativessem a questão técnica e não, se o sino toca ou não toca. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: É Paulo Porto, o senhor sempre tranquilo, vejo que está exaltado hoje com toda razão. Vejo que a... Vanderlei Augusto da Silva, você como presidente da Comissão não deve ter sido intencional, mas aqui existe um erro de interpretação de uma das duas. As duas são idênticas, existe um erro e os nossos companheiros que nos perdoem. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: A emenda nº 1 no corpo dela fala: emenda supressiva e modificativa, logo ela muda o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

teor do texto. A emenda nº 2 que é do autor do projeto diz: emenda substitutiva e supressiva, então tem diferença. Não sou professor de português pra fazer a interpretação de tudo isso, talvez tenhamos que chamar a equipe técnica pra que possa interpretar isso, mas nós analisamos e foi por isso e foi dessa forma que o jurídico nos orientou. Não sou advogado também, mas estou aqui não como advogado; a Comissão não tem advogado, advogado é técnico. Na Comissão nós, os 3 membros, somos vereadores pra dar o parecer do projeto ou da emenda que está em discussão. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Mais uma vez colocando meu respeito à Comissão, mas neste caso vejo que está errado. Obrigado. – Presidente: Em votação o parecer contrário da emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 105/2014, que modifica o inciso II do artigo 15, de autoria do vereador Pedro Martendal; o parecer contrário em votação o parecer contrário. Presidente: Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaitero, Romulo Quintino, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Robertinho Magalhães, Luiz Amélio Burgarelli e Walmir Severgnini) (Foram contrários os vereadores: Pedro Martendal, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, Rui Capelão e João Paulo de Lima) – Secretário: Com 8 votos contrários e 12 favoráveis, parecer contrário acatado, senhor presidente. – Presidente: Com 8 votos contrários e 12 favoráveis, parecer mantido; portanto fica prejudicado a emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 105/2014. Portanto passamos à única discussão e votação da emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 105/2014, que substitui a expressão 8 horas constante no inciso III, do artigo 9º, pela expressão: 7 horas; em discussão a emenda. (- Peço a palavra) Com a palavra vereador Rui Capelão. – Vereador Rui Capelão: Me causa certa dúvida o inciso II do artigo 15 que estávamos analisando, onde diz que: soar ou permitir soar a qualquer hora, sinal de sinos, sirenes, etc, por que a qualquer hora é que é proibido soar o sino a qualquer hora? Não sei se os senhores atentaram pra este detalhe, ou eu não entendi essa questão. Acho que o sino pode soar, pode até limitar, vereador, na sua colocação; mas aqui no capítulo 8, artigo 15, parece que tem uma questão aqui que, proíbe a qualquer hora o uso do sino. Não sei se como católico e vejo o sino tocar, não sei se seria correto ou não o sino tocar; me parece que o sino hoje tem pouca importância até porque, isso era muito usado nas pequenas comunidades há anos. Hoje em dia, parece que não tem muita interferência. – Vereador Romulo Quintino: A questão da emenda nº 2, levantada pelo vereador está no projeto e não na emenda; só essa questão, mas já vou responder claro, respeitosamente. – Presidente: Estamos discutindo a emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 105/2014. – Vereador Rui Capelão: Perfeito. Encerro e volto ao assunto na discussão do projeto. Obrigado!. – Presidente: Continua em discussão apenas a emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 105/2014. Em votação a emenda nº 2 ao Projeto de lei 105/2014, os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; Emenda aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Agora sim, vamos à segunda discussão e votação do substitutivo nº 1/2014 ao Projeto de lei nº 105/2014, que dispõe sobre diretrizes,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

critérios, controle, penalidades e limites na emissão de sons e ruídos de qualquer natureza, de autoria do vereador Romulo Quintino; em discussão o projeto. – Vereador Rui Capelão: Me causou uma dúvida, sinceramente com esta questão. Porque entendi que o projeto está proibindo tocar o sino a qualquer hora; diz aqui: *pra proibir ou reduzir a fins de poluição de sons e ruídos excessivos ficam proibidos soar ou permitir soar a qualquer hora sinos, etc.* Fiquei em dúvida com esta questão, porque me parece uma proibição que não vejo a necessidade, a não ser que seja limitada essa necessidade; portanto gostaria que o senhor esclarecesse este fator pra mim. (-Peço a palavra) – Presidente: Solicito ao vereador Luiz Frare que, assuma a presidência dessa Casa. Tenho uma consulta médica e depois estarei indo a Curitiba, em viagem. Então, vereador Luiz Frare, assuma a presidência. Com a palavra vereador Pedro Martendal e na sequência Romulo Quintino. – Vereador Pedro Martendal: Até pediria se o poder pudesse aguardar 2 segundinhos, o senhor participou da discussão até agora, preciso esclarecer alguns pontos aqui. Respeito muito à palavra dos que me antecederam justificando aquela emenda, mas cá entre nós, estamos discutindo no parecer é o porquê, a essência do parecer, que deu contrário a minha emenda: é por falta de justificativa, não vamos sair da discussão. O sino é outra história, vamos discutir agora se deve tocar ou não deve tocar; não vamos sair do ponto principal. Desculpe, tenho um respeito muito grande vereador Vanderlei Augusto da Silva, Jaime Vasatta e Aldonir Cabral, mas está cristalino aqui. Está na justificativa, o último tópico: ausência de justificativa é que induziu a inconstitucionalidade da minha emenda e este é o motivo do meu descontentamento. Quanto à emenda nº 2 do vereador autor, do pastor Romulo Quintino não tenho nada contra ela. A emenda é boa, no entanto, praticamente é igual a minha, que eu tinha protocolado dia 05/02; tanto que minha emenda era boa que a emenda dele é praticamente igual a minha e, quando o Vanderlei Augusto da Silva colocou em dúvida a questão da emenda do substitutivo... – Vereador Romulo Quintino: Questão da emenda está vencida, vamos discutir o projeto. – Vereador Pedro Martendal: Faz parte da discussão, nobre vereador, é só uma resposta ao vereador Vanderlei Augusto da Silva quando falou que tinha que chamar alguém que entendesse de português. A emenda está lá, supressiva modificativa, por que supressiva? Porque ela suprime o inciso III e IV do artigo 15, suprime os artigos 17, 18 e 19; então suprimiu é supressiva. Modificativa por quê? Porque modifica o inciso II do artigo 15; e então neste ponto a emenda também está redondinha, está corretíssima. Seria isso. – Vereador Nei H. Haveroth: Desculpa vereador proponente do projeto de eu usar a palavra antes do proponente do projeto, que seria mais óbvio e lógico; mas primeiramente quero parabenizar o senhor por este projeto. Porque aí, vamos falar agora sobre o projeto, sua essência, o que trata a fundo este projeto; mas também não posso deixar de passar pelas emendas, rapidamente dizer que, não concordaria com a emenda nº 1 do vereador Pedro Martendal que são quase idênticas, porque ele suprimia o artigo 19 e o artigo 19 não poderia concordar com a emenda dele e também, a questão dos sinos. Esses dias fui abordado por uma pessoa que disse que: ia desmanchar a Câmara se aprovássemos essa lei, porque estávamos proibindo que os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sinos das igrejas tocassem. Ameaçou que ia explodir a Câmara, aqui. Temos que ter cuidado quando passamos pra sociedade, pras pessoas, a lei que está sendo votada aqui e ler a lei do início ao final dela, e entender cada capítulo e cada artigo porque senão, estamos transmitindo pra sociedade coisas que não é o que trata a lei. Então temos que tomar cuidado, porque senão a gente começa dizer pra que serve, nós aqui e estamos fazendo coisas que vem destruir culturas e outras coisas. Este projeto busca com essência, parabéns por colocar este projeto. Se você não colocasse um projeto desse, eu me proporia a colocar que trata principalmente da perturbação e dos excessos que nós temos hoje, que se transformaram em problema de segurança pública, de morte até, em nossa sociedade, violência; porque as pessoas perderam o limite e não entendem que seu direito vai até onde começa o do outro. Então este projeto que trata da questão do som alto, principalmente promovidos pelos veículos de som...hoje eu estava na Carlos Gomes, passou uma caminhonete do meu lado tive que fechar o vidro do carro, de tão alto que era o som do veículo. As pessoas não suportam mais essa falta de bom senso, bom senso que as pessoas deveriam ter. Não é porque estou na minha casa que eu tenho direito de perturbar o vizinho. Temos também que ter o cuidado e dizer que nem tudo... às vezes existe uma festa, comemoração que é esporádica, uma vez; porque às vezes também, temos que tolerar alguma coisa. A falta de tolerância, de limite também estão trazendo pra nossa sociedade problemas graves de saúde, porque como a pessoa vai trabalhar no outro dia, se o vizinho incomoda o dia todo; então este projeto trata de vários artigos, de vários capítulos que falam dessas questões, de todos os tipos de poluição. E aí não pode deixar um ou outro de fora como é o caso dos sinos, mas os sinos está bem colocado aqui, que não estão sendo proibidos de tocar. Também sou católico, acho importante que quem tem essa cultura, as igrejas do interior ou alguma igreja dentro da cidade, que tem ainda e que possam utilizar de maneira responsável, organizada. É isso que temos que discutir neste projeto. Vai trazer melhorias pra nossa sociedade este projeto, porque vai regulamentar exatamente o que não temos regulamentado que é essa falta de bom senso, quanto à utilização de som e perturbação de sossego. Também temos que deixar claro que hoje, essa perturbação de sossego se pegarmos a Constituição Federal é considerado contravenção penal; incide na questão de crime e as pessoas não têm conhecimento de que isso é um crime. Além da lei que vai possibilitar a questão da multa, uma lei municipal, nós temos uma lei federal que é considerado contravenção penal você exagerar ou perturbar o outro no sentido do sossego. É comum vermos pessoas acamadas, doentes, crianças, idosos, reclamar porque o pessoal não tem...às vezes vizinho ou alguém próximo, não tem este bom senso de entender que aquela pessoa também, tem seu direito de descansar e trabalhar no outro dia. É importante este projeto, tem todo meu apoio, vai ser um passo dado no controle da perturbação excessiva do sossego; embora se a lei tiver alguma dificuldade de aplicação e se nós percebermos qualquer tipo de falha na aplicação dessa legislação, nós poderemos apresentar emendas a este projeto, no futuro pra adequar a uma melhor aplicação da realidade. Era essa minha contribuição, tem todo meu apoio, meu



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

voto. E pedimos também, o bom senso dos demais vereadores e o entendimento de toda comunidade de que este projeto, uma lei bem completa, precisa ser lida com muita atenção, pra que não haja dúvida entendimento. – Vereador Fernando Winter: Vejo como muitos artigos, muitos itens que esse projeto é muito bom, porém está gerando uma dúvida, não só deste vereador, mas de outros vereadores no que discorda a fala do vereador Nei H. Haveroth. No artigo 15, inciso II, diz bem claramente o seguinte: soar ou permitir a qualquer hora o sinal: sinos, cigarras, sirenes, apitos ou similares. Estacionar destinados a não emergência por mais de um minuto. Durante este tempo só será permitido, caso não caracterize distúrbio sonoro. Acho que neste inciso do artigo 15, ou você retira ou nós votamos contra, porque não sei se você lembra Romulo Quintino, foi aqui já discutido a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Quando fiz um ofício pedindo que se colocasse um crucifixo na nossa Casa de Leis e você com muita gentileza pediu que não se colocasse, devido à fé. Com muito respeito, não só respeitando sua fé, religião e de outros aqui, que são evangélicos; então nós deixamos por assim mesmo. Então Romulo Quintino não estou dizendo que sou contrário no todo do seu projeto, mas neste artigo ali, se nós aprovarmos fica complicado pra nós, que somos da comunidade católica. Não vejo que perturba, um sino tocado por 1, 2 minutos, não perturba, muito pelo contrário, principalmente a tradição católica apoia este tipo de barulho. Não sou contrário ao teu projeto, acho muito bom o teu projeto, mas neste artigo aqui, complicaria bastante nossa posição de católico. Era isso. Muito obrigado. – Vereador Romulo Quintino: Vereador Fernando Winter, e os senhores que estão nos ouvindo, o senhor sabe que já defendi aqui projetos cristãos; não vou nem falar católicos ou evangélicos; cristãos e vou continuar defendendo, enquanto aqui estivermos. A Câmara não é igreja e a igreja não é Câmara, então respondendo também, a pergunta do vereador Rui Capelão. Inciso II, vereador Fernando Winter, vamos lá acompanhar a leitura: soar ou permitir soar sinal de sinos, cigarras, sirenes, apitos ou similares estacionários a que se refere aqui? Aos carros de ambulantes que saem emitindo som, sem nenhum controle pela cidade por mais de um minuto, destinados a não emergência. Não faz nenhuma menção à igreja, não tem nenhuma relação à igreja. Os senhores sabem das muitas conversas que temos e da nossa parceria aqui dentro em defender tudo que diz respeito à igreja; vou estar defendendo sempre junto. Aqui, está se referindo a estacionários destinados a não emergência, ou seja, vendedores que por acaso venham à cidade ou que estejam na cidade e que saiam por aí, por aí fazendo barulho e sem nenhum controle e, que possam usar: sino, sirene, qualquer coisa, vereador Fernando Winter. Ainda, no capítulo V, artigo 9º, parágrafo único; não serão computadas para fins de limites de decibéis e horários as situações: inciso I: sirene, aparelhagem de sinalização sonora utilizada por ambulância, Siate, Samu, carro de bombeiro, viatura da Polícia Militar e Polícia Civil; viaturas conduzidas e identificadas por agente de trânsito da Cettrans, inciso III: por templo de qualquer culto e culto ao ar livre, no horário compreendido das 8 horas às 22 horas. Tudo que diz respeito à tradição das igrejas, à fé, a assuntos inerentes as igrejas, o senhor pode ter certeza,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

como todos os vereadores de que estarei junto, como sempre estive inclusive naquele momento que não estava sendo colocada a Via Sacra Viva, um projeto do vereador Vanderlei Augusto da Silva. Eu fui o primeiro nesta Casa, a pedir a palavra e pedi pra inserir, então estamos do mesmo lado. Obrigado, vereador. – Vereador Fernando Winter: Acabou o tempo. (-Peço a palavra) – Presidente Luiz Frare: Com a palavra vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo Quintino: Quero pedir, aqui a técnica Legislativa, a diretoria legislativa ficou na dúvida aqui e o vereador Paulo Porto pediu pra retirar uma vírgula, então ali no inciso II, do artigo 15: soar ou permitir soar a qualquer hora sinal de sinos, cigarras, apitos ou similares; que essa vírgula entre similares e a palavra estacionários seja retirada. Aí fica mais compreensível, pra que não cause essa dúvida dos sinos. Obrigado vereador Paulo Porto, pela contribuição. Espero termos solucionado todas as dúvidas dos senhores vereadores, no que diz respeito ao projeto e mais uma vez enfatizar a nossa total parceria e respeito, no que diz respeito à atuação, a tradição da igreja e das igrejas de maneira geral. Deixar mais uma vez expressa aqui, que não será objeto jamais desse vereador, qualquer prejuízo às comunidades. Como disse, na primeira votação, este é um projeto que foi idealizado, estudado, procurado conter nele durante um período de 20 meses uma matéria ampla pra disciplinar, orientar e para colocarmos algumas normatizações, no que diz respeito a uma única lei, no que diz respeito à poluição sonora. Este projeto é resultado, de além de muito estudo é claro, muitos reclames que recebemos de todos os locais da cidade, de todos os bairros, de todo nosso município de Cascavel, no que diz respeito principalmente e ao foco que mais abordei aqui, que é a questão do excesso de sons em residências. Os senhores sabem e acompanharam nesta Casa uma audiência pública, com a presença do Ministério Público, através da Dra. Andreia Frias, com os vereadores, Cettrans, Secretaria de Meio Ambiente, enfim todas as autoridades constituídas e que de alguma maneira estão envolvidos com este tema tão abrangente. Naquela audiência pública debatemos duas principais situações. A primeira, a do som automotivo como falou o vereador Nei H. Haveroth que ficou acordado, decidido e encaminhado naquela audiência pública, que com a anuência da promotora de que os policiais ao passarem por um veículo que esteja com excesso de som, a fé pública dos policiais automaticamente autoriza que este veículo seja retido e levado para fins de autuação; então isso ficou muito bem resolvido naquela questão da audiência pública. Mas o segundo principal assunto que tínhamos, era o que dizia respeito aos sons residenciais e é nesta questão que, temos a principal dificuldade. Temos na legislação vigente que, se um vizinho cometer excesso de som e nós temos aqui, algumas pessoas que nos acompanham e que sofrem com isso diariamente ou todo final de semana, se um vizinho cometer um excesso a Polícia Militar até vem; mas eles já estão tão sabedores da lei que a Polícia Militar muitas vezes sai e, quando a Polícia Militar vira as costas o volume aumenta em todo máximo; mas quando você liga pra Polícia Militar mais uma vez, ela precisa que você vá representar contra seu vizinho na Justiça. E é aqui que está o grande gargalo pra resolver este problema e que estamos procurando sanar, depois daquela audiência pública, depois de tanto estudo.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

O vizinho que está morando ali há 10 anos, 20 anos e que provavelmente vai continuar morando muito tempo a maioria das vezes, salvo em caso extremo, que foi o que aconteceu com a dona Maria que está aqui, no final de semana passada. Ele não deseja ir ao fórum representar contra seu vizinho, porque está ali há tanto tempo e provavelmente vai continuar morando muito tempo e tem medo que seja instalada uma briga pessoal, mas em alguns casos não tem outra saída do que ir a Justiça e pedir essa proteção pra que possa ter o direito, apenas de poder descansar no final de semana. A presente lei, nossa proposta está em normatizar isso de forma diferenciada. Artigo 23: as pessoas físicas ou jurídicas que causarem poluição sonora no território do município de Cascavel ou que infringirem qualquer dispositivo dessa lei, seus regulamentos e demais normas recorrentes ficam sujeitos as seguintes penalidades: 1ª) advertência - A pessoa só incorrerá nas demais penalidades se ela desejar, se ela quiser; porque primeiro ela vai ser advertida. 2ª) multa - que é a maior sanção, no valor de 50 Unidades Fiscais do Município, um valor aproximado de R\$ 1.600,00. O que acontece na prática? Nós estamos normatizando que a Secretaria do Meio Ambiente e aí começamos outra briga imediata, outra demanda imediata que, é a do município contratar mais fiscais pra Secretaria de Meio Ambiente. Então, o seguinte vereador Rui Capelão, se seu vizinho cometer um excesso, você vai ligar lá ou alguém vai ligar e a Secretaria de Meio Ambiente vai até seu vizinho e vai medir pelo decibelímetro. Se realmente houver excesso, essa pessoa vai receber uma notificação que houve excesso. A Secretaria vai embora e naquela notificação vai conter todas as penalidades, caso este problema seja recorrente e, inclusive a multa. De posse dessa notificação na mão ela vai entender que na próxima vez, ela só vai ser multada se ela desejar ser multada; se não, não vai ser multada é só não fazer o barulho de novo. A Secretaria de Meio Ambiente foi lá com o decibelímetro e auferiu o excesso. Está auferido, preservada a identidade da pessoa que está sendo incomodada, a comunidade que está sendo incomodada e as pessoas que vivem em comunidade tem que ter o respeito com os que vivem no em torno. Num segundo momento, se acontecer novamente aí sim, a Secretaria de Meio Ambiente vai lá, já está com os dados da situação, do notificado e aí sim, ele será multado e naturalmente ele irá incorrer aí, com as citações e se for pessoa jurídica tem outras situações ainda, inclusive a apreensão de instrumentos e equipamentos. Isso visa proteger o morador de ter que ir até o fórum, de causar uma instabilidade social, de ter que arrumar uma briga com seu vizinho e efetivamente as pessoas terem bom senso que é de não emitir essa poluição sonora tão depreciativa e que tem incomodado tantas pessoas. E nós temos recebido e tenho certeza que os senhores vereadores também, moro no Jardim Universitário onde estão na grande maioria estudantes que vem de fora, começam as festas na sexta-feira 5 horas da tarde e atravessa a noite de sábado, sábado o dia inteiro, domingo o dia inteiro e então fica difícil pras pessoas que moram no entorno. O maior ganho, nosso objetivo maior é dar essa proteção aos moradores, residentes do nosso município, pessoas idosas, que trabalham no período da noite e precisam descansar de dia ou que trabalham de dia e precisam descansar a noite, enfim. Mais



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

uma vez enfatizar que o projeto ficou aberto, à disposição. Retiramos ele da pauta de imediato, dada sua importância pra que houvesse a participação da sociedade organizada, como teve da Sinduscon, da Acic e de órgãos interessados; então quero pedir voto favorável dos senhores vereadores e agradecer pela compreensão. – Vereador Jorge Menegatti: Romulo Quintino, nós conversamos na primeira vez que o projeto veio pra cá pra votação sobre a questão das construções civis e até troquei ideia com o Pedro Martendal, na época. Solicitamos ao senhor que pudesse corrigir e percebemos que o senhor assim o fez, pra que na construção você não tivesse danos e então, agradecemos por isso e passar um aparte ao vereador Pedro Martendal. – Vereador Romulo Quintino: Seu projeto Romulo Quintino é muito bom e por este motivo é que eu propus a emenda, suprimindo aqueles incisos e aqueles artigos; porque se ficasse daquela maneira inviabilizaria a construção civil. No dia 05 tivemos uma ampla discussão, foi votado o pedido de vistas; exatamente pra se discutir essas falhas que daí com o consenso da mesa diretora tirou de pauta e propiciou que o senhor também, colocasse a sua emenda, mais a minha emenda; já no dia 05, porque já havia conversado com as entidades citadas: Acic, Sinduscon e assim por diante. O projeto é bom, apresentei a emenda pra resolver a questão dos sinos, que é cultural e principalmente essa questão da construção; por isso meu voto é favorável. E também lembrando vereador Nei H. Haveroth a questão do barulho, o vereador Nei H. Haveroth, antes inclusive, de tomarmos posse tivemos reuniões na Fag, junto com o vereador Nei H. Haveroth e outros, não recordo quais; discutindo a questão além da balbúrdia, da bebida também e do barulho, antes da posse e posterior a posse. O projeto com a emenda fica adequado, meu voto é favorável. Então só justificando e que essa segunda emenda, embora entendo eu, que a emenda nº 1 era melhor, porque fica a dúvida, um dos artigos proíbe e o outro apenas, limita o horário; então é uma dúvida, questão de interpretação e queria tirar essa dúvida, mas é assunto já debatido e superado, vamos à votação do projeto e sou favorável. Obrigado. – Vereador Nei H. Haveroth: Dizer que alguns municípios da nossa região, já estão adotando nos espaços onde existe essa...principalmente juntando aquela questão daquele outro projeto que fazemos polêmica contra a questão do consumo de bebida alcoólica, excessivamente e existem placas já de orientação às pessoas: “proibido som alto.” Já estão sendo colocadas nas vias, ruas da cidade, pra que as pessoas tenham ciência disso. É importante que o município passe a adotar e se espelhe nestas medidas. Gostaria de fazer uma indicação de correção de redação, só no artigo 8º, inciso III, tem duas palavras que precisam de uma correção: está poluição e requer, precisa ser colocado requerer e também, no inciso V do artigo...do mesmo artigo. No mesmo artigo também tem uma palavra: “falas”, acho que é “falhas” só pra correção, na hora da correção do projeto. Obrigado pelo aparte. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado. É normal que desse discussão; o projeto é complexo, não é uma coisa básica, então seria normal uma discussão, mas claro que somos favoráveis ao projeto, principalmente depois das modificações que o senhor fez. – Vereador Robertinho Magalhães: Só pra concluir, deixar dito com todas as palavras, vereador Pedro Martendal e Fernando Winter,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

acredito que ficaram sanadas as dúvidas, está bem dito que diz respeito ao artigo 15, diz respeito a estacionários por exemplo: a pessoa chega pra vender banana, vai tocar sino e fazer barulho pra vender banana e tudo que diz respeito, a igreja está preservado no artigo 9º. Obrigado. – Vereador Jorge Menegatti: Obrigado senhor presidente, seria isso. – Presidente: Em votação; votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Ganso Sem Limite, Cláudio Gaitero, Romulo Quintino, Jaime Vasatta, Luiz Frare, Vanderlei Augusto da Silva, Fernando Winter, Robertinho Magalhães, Pedro Martendal, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Professor Paulino, João Paulo de Lima, Luiz Amélio Burgarelli e Walmir Severgnini) (Foi contrário o vereador: Rui Capelão) – Secretário: Com 1 voto contrário e 19 favoráveis, Projeto de lei aprovado senhor presidente. – Presidente: Com 1 voto contrário e 19 favoráveis, aprovado o substitutivo nº 1 ao Projeto de lei nº 105/2014. Em votação os requerimentos. – Vereador Cláudio Gaitero: Gostaria de pedir destaque para os requerimentos nºs. 133, 136, 138 e 143. – Presidente: Destaque aos requerimentos nºs: 133, 136, 138 e 143. Os demais há consenso? (- Consenso) – Presidente: O requerimento 143 de autoria do vereador Professor Paulino, foi retirado de pauta. O Requerimento nº 129 requer informações acerca dos trabalhos de profissionais que atendem no Cisop, na forma que especifica, autor vereador Ganso Sem Limite. Requerimento nº 130 de autoria do vereador Professor Paulino, requer informações à Secretaria Municipal de Educação acerca dos mobiliários utilizados nos centros municipais de educação infantil e nas escolas municipais, nos termos que especifica. Requerimento nº 131 de autoria do vereador Robertinho Magalhães, requer apoio do deputado federal Evandro Rogério Roman para pavimentação asfáltica das ruas do Distrito de São João do Oeste. Requerimento nº 132 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações com relação à reestruturação das obras da Avenida Brasil (com financiamento Bid), na forma como especifica. Requerimento nº 133 de autoria do vereador Jorge Bocasanta, requer informações referentes aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências. Requerimento nº 134 de autoria do vereador João Paulo de Lima, requer informações a Companhia de Engenharia de Transporte e Trânsito - Cettrans acerca dos parquímetros, na forma que especifica. Requerimento nº 135 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações da Secretaria Municipal de Obras - Sesop, em face da transferência das instalações do atual endereço. Requerimento nº 136 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações da Secretaria Municipal de Finanças dos imóveis locados pelo Executivo Municipal. Requerimento nº 137 de autoria do vereador Paulo Porto, requer informações ao município acerca do Plano Municipal de Mobilidade Urbana. O requerimento nº 133 também foi pedido destaque. Requerimento nº 138 de autoria do vereador Jorge Menegatti, requer cópia do edital de concorrência nº 12/2010, na forma que especifica. Este também foi pedido destaque. Requerimento nº 139 de autoria do vereador João Paulo de Lima, requer apoio do deputado federal, Evandro Rogério Roman para a pavimentação asfáltica das ruas do bairro Cascavel Velho, na forma que especifica. Requerimento nº 140 de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

autoria do vereador João Paulo de Lima, requer informações da Secretaria Municipal de Esportes sobre a revitalização do Ginásio de Esportes do bairro Jardim Veneza, na forma que especifica. Requerimento nº 141 de autoria do vereador João Paulo de Lima, requer informações a Prefeitura Municipal sobre as obras de instalação da rede de esgoto do loteamento Jaborá, na forma que especifica. Requerimento nº 142 de autoria do vereador João Paulo de Lima, requer informações a Sanepar sobre as obras de instalação da rede de esgoto do loteamento Jaborá, na forma que especifica. Requerimento nº 144 de autoria do vereador Professor Paulino, requer ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal do Planejamento, informações acerca da destinação da área municipal localizada entre as ruas Tamoios e João Berlando no bairro Alto Alegre, na forma que especifica. Com exceção aos destaques nº 133, nº 136, nº 138, em votação os requerimentos. Em votação os demais; quem for favorável aos demais permaneçam como estão e quem for contrário, se manifeste. Por unanimidade de votos foram aprovados os requerimentos ouvidos anteriormente. Requerimento nº 133, requer informações referentes aos recursos do Fundo de Participação dos Municípios do vereador Jorge Bocasanta. Pediria ao vereador Jaime Vasatta assumir, que quero fazer um pronunciamento. – Vereador Luiz Frare: O vereador Jorge Bocasanta está pedindo informação sobre o destino dos recursos repassados pelo FPM e coloca um valor, e ele quer saber a que se destina esse dinheiro, em torno de 10 milhões 200 e poucos mil reais. Gostaria de dizer que a assessoria do vereador Jorge Bocasanta, pesquisou provavelmente no local errado, porque os valores de janeiro e fevereiro repassados ao município à título de FPM é R\$ 8.890,356,00. O total bruto repassado nos meses de janeiro e fevereiro R\$ 12.844.000,00 e vem descontado 15% a título de Fundeb, portanto do total de R\$ 3.953.000,00 sobram R\$ 8.890.000,00, que é o que foi creditado na conta específica do Fundo de Participação. Todos os recursos transferidos do Estado ou União tem uma conta específica e são depositados automaticamente, quando transferidos pelo Estado ou União naquelas contas específicas. Qual o destino desses recursos? Quando os recursos são de livre movimentação, embora em contas específicas; eles são aplicados para pagamento da compra de pneu, abastecimento de carros, pagamento de funcionários da saúde, entre eles os médicos, pagamento dos funcionários da Secretaria de Obras, enfim se destina ao pagamento dos funcionários das Secretarias de Administração, Obras, Cultura, Esporte e afins e também para custeio da máquina pública. Não existe uma obrigatoriedade de aplicar o Fundo de Participação dos Municípios em determinado segmento, determinada obra, bem como o ICMS, assim também o ISSQN, bem como a arrecadação do IPTU. As únicas rubricas que tem destino próprio são as emendas parlamentares que vem e a gente chama de verba carimbada, que é pra aquele fim específico de construção de uma escola, Cmei's, reforma de um posto de saúde, os demais são recursos livres; aplicados para pagamento de funcionalismo e aplicação para pagamento da máquina pública do município. (- Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Consultando a Secretaria de Finanças há poucos dias mesmo, porque todos nós temos que ter o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

interesse da evolução ou decréscimo dos repasses do Governo Federal, tivemos aí um decréscimo grande nestes 2 meses, de repasse do governo federal. Isso é um retrato da economia brasileira que realmente está atravessando uma fase difícil, então entendo o seu posicionamento da justificativa desse requerimento; porém lamentar essa diminuição dos repasses do governo federal. Obrigado. – Vereador Luiz Frare: A tendência até o final do ano é que este recurso venha cada vez menor, porque a economia está praticamente estagnada e também, alertar ou dizer a todos os ouvintes que estão nos ouvindo ou assistindo que em 90% dos municípios do Brasil, o FPM é a receita nº 1 e aqui, em Cascavel é a 3ª receita. Ela perde pra o ICMS estadual, o ISS que é um imposto do município e em 3º lugar vem à transferência do FPM e em Cascavel ocupa o 3º lugar. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Vou deixar nosso amigo Luiz Frare sentar ali, porque ele está de gravata vermelha, no fundo o coração é estrela. Hoje, foi uma coincidência muito boa que nosso amigo, Severino Folador veio falar das misérias que o estado deixou de pagar: 200 mil daqui, 300 mil dali; então essa miséria do desmando do governo do Paraná, que gastou mais do que devia, que ele só falou de obras atrasadas que estavam paradas, devido pagamento. Aqui, nosso pensamento Luiz Frare, não tem nada a ver com nada, nós queremos dizer assim que, o governo federal, o repasse da união que vem dos nossos tributos, vamos dizer assim, repassou no mês de março, fevereiro 14 milhões e no mês de janeiro 15 milhões, está vindo o dinheiro e essa coisa que vai cair a arrecadação, não. Vai aumentar. Com esse roubo que foi instalado no Paraná do IPVA, da conta de luz, da luz nossa que sobrou água ano passado e olha, o aumento que o povo paranaense está pagando; por que está pagando? É pra pagar talvez os roubos que está tendo em Londrina. Estou continuando aqui tudo, estou falando do montante. Não me corte, porque estou dentro do assunto. – Presidente Luiz Frare: Vereador com todo respeito, mas estamos discutindo sua emenda, onde o senhor solicita o destino do dinheiro do FPM. – Vereador Jorge Bocasanta: Então por isso estou continuando, porque aqui em Cascavel não se desvia dinheiro nenhum então, a gente não tem porque ter medo de dizer pra onde vai o dinheiro, aonde vão estes recursos que vem do governo federal. Só pra dizer que o município de Cascavel recebe o dinheiro do governo federal, 14 milhões mais 15 milhões, janeiro, fevereiro, sendo que em janeiro a máquina ficou meio parada. Não tenho interesse nenhum desse requerimento, é só pra mostrar que vem dinheiro e agora em abril, segundo o Folador vai vir mais dinheiro pra o município. Era só isso. Queria pedir o voto favorável, não temos nada contra saber onde o prefeito coloca ou não, mas saber o quê? Que vem do governo federal, o governo federal entra com o dinheiro dos nossos impostos, vamos ser bem claros. Até me surpreendeu que tem até dinheiro do petróleo aqui e a gente não sabia; então era isso. Gostaria de pedir voto favorável, porque eu não sabia que tinha dinheiro do petróleo e tem aqui; veio uma parte que até o senhor ficou sabendo junto comigo. Era isso. Muito obrigado! (-Peço a palavra) – Presidente Luiz Frare: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: A princípio posso dizer que também, votarei favorável e dizer que



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

estes recursos não é da Dilma, do Zé Dirceu, Palocci, estes recursos são do município de Cascavel, arrecadados por aqui e mandados aos montes pra Brasília e agora retorna aos municípios, conforme lei federal que preconiza o retorno dessas verbas para o município. Só pra justificar que é um dinheiro que vem do governo federal em repasse, conforme a lei estabelece. Tomara que venha mais verba. Seria isso, peço voto favorável. – Presidente Luiz Frare: Em votação o requerimento nº 133, quem for favorável permaneça como está e quem for contrário que se manifeste. Por unanimidade favorável. Em discussão o requerimento nº 136. – Vereador Cláudio Gaitero: Pedi destaque a este requerimento, em função que são tantos requerimentos que foram feitos, dois pelo mesmo motivo, tanto que pedi destaque ao nº 136 e nº 143 que requer informações acerca do mesmo assunto. Imagino que foi solicitada a retirada do nº 143 pelo autor; por isso pedi destaque, pois eram 2 requerimentos com o mesmo assunto. – Vereador Pedro Martendal: Não sei se é possível, se o vereador Professor Paulino concordar o nº 136 é um requerimento mais completo, porque pede individualmente as locações e quais as Secretarias e, o objetivo desse requerimento é a função primordial do vereador, que é fiscalizar. É importante essa Câmara saber quanto à prefeitura está disponibilizando pra pagamento de locais; então deixo a sugestão para o Professor Paulino. Peço voto favorável ao nº 136 e se contar com a compreensão dele, poderia ser retirado o nº 143. – Vereador Cláudio Gaitero: O de nº 143 foi retirado pelo Professor Paulino, mas ele se referia a todos os imóveis locados pelas Secretarias do município de Cascavel; então é praticamente idêntico. – Vereador Pedro Martendal: Obrigado, peço voto favorável ao requerimento 136. – Presidente Luiz Frare: Em votação o requerimento nº 133, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; por unanimidade favorável. Em discussão, o requerimento nº 138 de autoria do vereador Jorge Menegatti. (-Peço a palavra) Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Esse requerimento requer cópia do edital de concorrência nº 12/2011, que é o contrato dos resíduos sólidos do município de Cascavel, contrato do lixo. Nós recebemos há alguns dias o contrato do lixo que solicitamos há um mês e estamos dando prosseguimento ao estudo dele. Fiscalização, pra tentar entender o contrato que é muito complexo, todos os aditivos que tem, por isso solicitei o edital de concorrência pra gente aprofundar o assunto nesta fiscalização. Espero que os nobres pares entendam que esse edital é de suma importância para os trabalhos desse vereador, por isso peço voto favorável. Obrigado. (-Peço a palavra) – Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Só a título de informação, eu não sou contra nenhum tipo de requerimento, mas conforme o nosso Regimento dessa Casa, nós vereadores temos que dar uma acompanhada nos requerimentos solicitados aqui; porque pelo Regimento nós só podemos pedir sobre um assunto, uma vez ao ano. Não é o caso do seu requerimento vereador, quer dizer, não tenho conhecimento se é o caso do seu requerimento; mas acho que a Secretaria Legislativa deveria na hora de receber estes requerimentos, ela já ter um relatório, tendo em vista que há cada pouco um vereador pede o contrato de uma situação ou de outra; mas a gente sabe que pelo Regimento



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tem situação que acaba causando transtornos, embora a gente saiba que o motivo é direito e é necessário, mas segundo nosso Regimento a partir do momento que teve um requerimento, nós não podemos estar protocolando um novo requerimento no mesmo período legislativo, salvo por outra situação. Eu tenho percebido aqui, pediria a mesa diretora pra que tome providências neste sentido, pra que não ocorra o recebimento de dois requerimentos do mesmo assunto, na mesma sessão ou de assuntos que vem infringir o nosso Regimento da Casa, que vem acontecendo. Obrigado. - Vereador Cláudio Gaitero: Eu separei aqui, pedi destaque neste requerimento nº 143, peço voto favorável a este requerimento; mas só pra reforçar o que o vereador Nei H. Haveroth, falou: nós temos aqui dois requerimentos que foram respondidos sobre o mesmo assunto, um está datado aqui de 18/02 desse ano, é o papel do vereador fiscalizar; mas vamos ter consciência, vamos ser conscientes do que estamos solicitando. Observamos em 2014, 293 requerimentos passaram por essa Casa, já estamos hoje com 144, praticamente 50% em 2 meses. Os vereadores estão trabalhando, é louvável, mas vamos evitar isso que o vereador Nei H. Haveroth falou. São 3 requerimentos aqui que foram feitos em julho, o outro de março, o outro de fevereiro. São requerimentos respondidos, inclusive a gente não vê o pessoal lendo os requerimentos respondidos na tribuna; sendo que hoje vi a correspondência do SEAJUR/ATL está em 78 respostas dos requerimentos e dessas 78, não me lembro de ter escutado alguém na tribuna falar sobre a resposta de 5 requerimentos. Então realmente lamentável isso, é o papel do vereador; mas vamos seguir essa linha que o vereador Nei H. Haveroth falou, pra nós termos uma consciência mais reta no nosso trabalho, em função de que... esses dias, vi um requerimento que passou nesta Casa semana passada, pedindo a relação dos inscritos no programa Minha Cascavel Minha Vida e sabe quantos inscritos tem, no Minha Cascavel Minha vida? 24.000 inscritos. Nós fomos conversar com a chefia de gabinete do município, que eles vão responder em disquete, CD, senão isso vai despender muito papel, tempo. Vai ser um trabalho totalmente... muitas vezes louco, por parte daqueles funcionários e vem pra essa Casa simplesmente pra o vereador quem sabe dar uma olhada neste papel e deixar esses papéis de lado. Precisamos ter a responsabilidade de ter a solicitação dos requerimentos, conforme é pra ser. Seria essa minha consideração. Peço voto favorável, não somos contrários aos requerimentos; mas que tenha um pouco de compreensão na hora de fazer os requerimentos. – Vereador Paulo Porto: É fundamental os requerimentos. Nós temos que pedi-los e o resultado deles não é na tribuna ir ler o requerimento, é na prática. Ano passado, pedi um requerimento sobre as empresas de transporte urbano da concessão e o resultado é que o Ministério Público semana passada abriu inquérito contra a prefeitura e a Cettrans; isso é resultado, isso é fiscalização; resultado existe. Não vejo problema em pedir requerimentos, entendo que o papel nosso entre outras coisas é fiscalizar. Só podemos fiscalizar com requerimentos, não há outra saída, ainda que possa ser muitos, dão trabalho, fui secretário e sei do trabalho que dá responder requerimento; respondi muitos quando era secretário, tem que responder, tem que ser transparente. Às vezes o disquete é o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

“Ctrl v” joga no disquete e não tem problema nenhum. É fundamental essa Casa pedir requerimentos e o fato de ter um grande número de requerimentos só mostra uma coisa: essa Casa trabalha. – Vereador Jorge Menegatti: Eu também quero justificar alguns requerimentos. Ano passado e retrasado nós fizemos um requerimento sobre o Cascavel Digital, um material colhido por mim e minha assessoria, o qual gerou um relatório extremamente extenso. O relatório foi entregue ao presidente dessa Casa e também ao Ministério Público pra que tomasse providências. Também ano passado um material nosso, depois de um requerimento quanto aos pontos de ônibus, trabalho levantado e também material solicitado pelo Ministério e também, foi encaminhado ao Ministério Público para providências. Expliquei agora a pouco, vi o Nei H. Haveroth e o Cláudio Gaitero não falaram diretamente dos meus requerimentos, porque esse requerimento do edital de concorrência não foi solicitado por essa Casa nenhuma vez, então é a primeira vez que está sendo solicitado. O edital de concorrência não foi solicitado, pode até ter sido solicitado o assunto, mas se você solicitar um assunto de escola, você não pode mais solicitar outro? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Só pra esclarecer que, eu solicitei foi os contratos aditivos e quando recebemos, nós percebemos que precisaríamos do edital pra continuar nosso trabalho; mas quero agradecer a compreensão do líder do governo, pra que nos ajude também nesta fiscalização e neste trabalho. – Vereador Nei H. Haveroth: Neste sentido gostaria de sugerir aos nobres vereadores que nós socializássemos a informação quando é de interesse de outro vereador o mesmo assunto, porque só colocar aqui o artigo 124 do Regimento: *nenhum vereador poderá apresentar requerimento sobre o mesmo assunto já apresentado por outro vereador, no mesmo ano*. Está aqui no artigo 124 e minha preocupação é que a gente não pode estar infringindo o Regimento. No ano passado se não me engano, foi mais um vereador que fez pedido sobre a questão do contrato, principalmente da questão do lixo. No ano passado, vereador Jorge Menegatti, esse ano não tenho essa lembrança. Acho que a gente pode socializar e compartilhar as informações, pra que um estudo possa ser feito pra demandar até no ponto de vista ambiental pra termos uma economicidade na questão da impressão de papéis e outras coisas. Obrigado. – Vereador Paulo Porto: Encerrando, acho fundamental fazermos os requerimentos que é o papel do vereador, fiscalizar. Gostaria de publicamente reconhecer como essa Casa mudou do ano passado pra cá. No ano passado era uma batalha aprovar os requerimentos, hoje; de alguns meses pra cá essa Casa vem aprovando todos os requerimentos, então gostaria de reconhecer publicamente este diálogo democrático que se instalou na Casa, de praticamente aprovar todos os requerimentos, inclusive o que vem acontecendo hoje, por meio do líder do governo Cláudio Gaitero. Todos nós lembramos que há 2 anos atrás era muito difícil aprovar um requerimento; hoje, ninguém questiona. Essa crítica de há muito requerimento acatamos e vamos pra o debate. O que não acatamos e entendemos que: é antidemocrático é recusar pedido de informações; o que não vem acontecendo, felizmente. Era isso. Obrigado. – Vereador Professor Paulino: Agradeço já os esclarecimentos que nós que somos mais jovens aqui, o mais jovem agora é o Dr. Luiz



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Amélio Burgarelli; mas já esteve por mais tempo, então tem mais experiência do que nós. Quando eu fui procurado pela técnica hoje, tem duplicidade de conteúdo nosso requerimento e o do Dr. Pedro Martendal; nós observamos e percebemos que de fato as informações que o senhor pede, Pedro Martendal, têm itens a mais e que certamente servirão pra todos nós. Entendo que é fundamental por outro lado que tenhamos essa... eu mesmo reconheço que tenho que conhecer muito aqui e quando for procurado pela técnica a gente já percebe. Se pudermos economizar uma página, uma folha de papel ou algumas folhas de papel, no final de nossos anos aqui obviamente, que represente economia e pra nós é fundamental. Se estou pedindo informação é porque pra nós, pra nosso mandato, pra nossa população pra quem a gente presta conta, eles são importantes. Obviamente, que não vamos estar aqui só pra passar o tempo. Entendo que é fundamental, a partir daí que vamos poder nos posicionar e inclusive, ajudar no sentido de fiscalizar. Fiscalizar não é pra pegar no pé de ninguém do governo municipal ou estado, quem quer que seja, mas é no sentido de nós juntos podermos prestar nosso serviço, que é a principal função do vereador que entendemos que é estar municinando a boa aplicação dos recursos públicos. Por isso me senti muito bem e quero também da mesma forma o senhor líder do governo Cláudio Gaiteiro, também tivemos acesso aos técnicos, nos auxiliaram, nós precisamos ter isso como vereador, nós tivemos isso então da mesma forma agradeço e ao mesmo tempo espero que continue assim. Os debates são feitos aqui e são muito importantes pra nós. Da mesma forma entendo que, os requerimentos feitos por outros vereadores contribuem em muito pra nós e à medida que estivermos todos sintonizados, menos requerimentos serão feitos e obviamente, imagino o trabalho das pessoas que estão nestas Secretarias e tendo que trabalhar e fazer a divulgação, dar publicidade a nossas solicitações. Entendo que é uma forma de transparência, é uma forma do Poder Público estar posicionamento, se não houver necessidade certamente não faremos. Obrigado. – Presidente Luiz Frare: Em votação o requerimento nº 138 de autoria do vereador Jorge Menegatti, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; por unanimidade dos presentes, favorável. Em votação a ata da 18ª sessão ordinária realizada dia 31/03/2015; em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; ata aprovada. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. Inscritos pra falar no grande expediente, os vereadores: Celso Dal Molin, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Professor Paulino, Luiz Frare, Cláudio Gaiteiro, Paulo Porto, Jorge Bocasanta, Luiz Amélio Burgarelli e Romulo Quintino. – Vereador Pedro Martendal: Questão de ordem. Eu sempre em respeito aos colegas fico até o último orador, mas hoje tenho um compromisso às 17 horas; então peço a sua compreensão e a liberação pra que eu me retire. Obrigado! – Vereador Jorge Bocasanta: Gostaria que retirasse meu nome, também. – Vereador Jorge Menegatti: Também retiro o meu, senhor presidente. Vereador Celso Dal Molin: Não vou falar sobre o que eu ia falar, ia falar sobre o transporte alternativo, deixarei pra outra ocasião, mas quero aproveitar o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

momento e respondendo ao senhor presidente, que está agora em exercício, o Luiz Frare, vou responder uma resposta sua de que 400 cobradores perderiam o emprego é que existe um déficit nas empresas hoje. Se não fosse aprovada a bilhetagem eletrônica eles teriam que contratar 95 pra completar o quadro, pra que esses ônibus pudessem rodar e trabalhar. Falando em ônibus, tivemos a notícia hoje, via televisão, pela CATVE até que alguns cobradores tinham sido demitidos: 3 já tinham sido demitidos e tinham mais 5 que iam ser demitidos. Até estavam aqui, mas a empresa ligou pra eles que readequou eles ao quadro de funcionários. Está de parabéns a empresa por fazer isso, porque tem um acordo dessa Casa. Tendo eu o pensamento e entendimento ainda que, essa Casa não tenha poder pra mandar numa empresa particular; eles podem demitir, mandar embora quando eles quiserem e deixarei o assunto do transporte alternativo pra outra ocasião e agradeço a oportunidade. – Vereador João Paulo de Lima: Ontem não tive a oportunidade, mas hoje quero saudar aqui nosso novo integrante. Novo, porque está neste mandato, mas enfim, já é uma grande experiência como médico e vereador; saudar o Dr. Luiz Amélio Burgarelli, sempre bem vindo a essa Casa, até porque fez leis no passado que contribuiu com a cidade de Cascavel. É necessário que a gente deixe gravado nos anais dessa Casa a situação que acontece no dia a dia das Upa's, da cidade de Cascavel, onde ontem, vale a pena lembrar, que estamos fazendo toda segunda-feira uma conversa com o secretário Reginaldo, pra que a gente possa tentar ajustar principalmente, através da Frente Parlamentar, a fila das madrugadas. As pessoas que vão até as unidades de saúde na madrugada pra que a gente possa fazer um outro sistema, pra que essas pessoas não enfrentem o frio, a chuva, toda essa situação. E aí quando o secretário apresentava os números, estava o Professor Paulino, Nei H. Haveroth, Jaime Vasatta e alguns membros da Comissão, não puderam estar presentes por outros compromissos, mas que são nossos companheiros e que estão nesta luta pela Frente Parlamentar, dizer que o secretário apresentava uma planilha de 40 pessoas, nas unidades das Upa's, tanto da pediatria como a do Brasília e Veneza; 40 pessoas aguardando clicadas, aguardando uma vaga de leito hospitalar e aí quando nós acabamos vindo à tribuna falar sobre isso, tem gente que fala: “esse João Paulo é demagogo, gosta de se aparecer, ir pra imprensa, querer se mostrar.” Mas não foi só eu, foi todos os vereadores que estão acompanhando a Frente Parlamentar e dizer o seguinte: gostaria de não ser demagogo se as coisas funcionassem. Gostaria de não precisar sair daqui e ir até uma Upa se um familiar daquele que está lá internado, pudesse ter o prestígio, privilégio de ser atendido sem a necessidade de intervenção de vereador, de intervenção do Ministério Público; mas infelizmente isso não acontece. Vereador Aldonir Cabral, o senhor que tem acompanhado, muitas pessoas clamam isso e clamam a todos os vereadores a situação que está a saúde: “salva meu pai, salva minha mãe, salva meu filho”. Ontem, somente na Upa pediatria existia 51 crianças internadas e mais de 14 aguardando click, e por que falo 51? Porque essas 51 os pais foram lá internar e é o seguinte: o município está pagando uma conta e aí falam: “só bate no chefe da 10ª Regional de Saúde e deixam o município.” Então vou falar o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

porquê: como vou chegar e cobrar o secretário do município se não está funcionando esse intercâmbio. Na verdade quando clica o paciente, o médico clica solicitando a vaga hospital tem que ser transferido; não pode ficar a pessoa ali, daí quem paga é o município de Cascavel, afinal ontem somente na parte da pediatria infantil tínhamos crianças lá com pneumonia, a maioria dos que estavam clicados, que o município tinha contratado serviços, antibióticos muito fortes que com certeza isso está onerando também os cofres do município; não que o município não tenha clareza que tem que atender e atender bem, mas muitas vezes paga a conta e fica responsável por uma coisa que não é dele. E muitas vezes também, a gente ontem conversava com pais e mães que estavam aguardando nas Upa's desde 9 horas da manhã e daí, vale a pena lembrar que se a 10ª Regional funcionasse, se a central de leitos funcionasse, esses pais que estavam reclamando poderiam ser melhores atendidos se não ficassem nas enfermarias monitorando os pacientes que estão internados aguardando leitos. Novamente estou dizendo porque vamos começar a falar nesta tribuna e gritar pra quem tenha que ser gritado, que cada um tem que fazer sua parte. O município tem que fazer sua parte, a 10ª Regional tem que fazer sua parte e o Cisop. Amanhã, 9 horas da manhã, estaremos aqui com o prefeito. Espero que ele cumpra, porque já assinou que vem; que ele cumpra com essa Frente Parlamentar, porque queremos questionar várias situações que estão acontecendo no Cisop. 42.000 pessoas estão na fila de espera em Cascavel pra consulta de especialistas; se não está funcionamento cancela esse consórcio e fecha este contrato e o município contrata serviço. Por isso amanhã queremos saber, do chefe do Cisop o que está acontecendo. Lamento e lamento a situação. – Vereador Cláudio Gaitero: Pode citar o nome do prefeito? – Vereador João Paulo de Lima: O prefeito do Consórcio do Cisop, Darci Tirelli, membro da... pois não, vereador Professor Paulino. – Vereador Professor Paulino: De fato quando temos aqui em nosso meio, dois médicos e falar de dor pra eles: eles sabem muito bem o que é passar noites nestes locais, nossos funcionários também que tivemos ontem, acompanhando a Comissão, inclusive os funcionários que estavam em greve até poucos dias aqui e que nós solicitamos inclusive, que retornassem ao trabalho, no sentido de que se pudesse negociar com o Poder Executivo as reivindicações dessas trabalhadoras, elas estavam inclusive pedindo... também colocando que a retirada dessas pessoas das Upa's seria fundamental, no sentido de valorizar o tratamento que os médicos, que elas enquanto funcionárias estão atribuindo àqueles trabalhadores que lá estão. Como o João Paulo de Lima falou tem gente lá com 8, 10, 12 dias, na Upa quando deveria ficar apenas 72 horas. Isso é lamentável, dói pra gente ver aquelas crianças que chegam lá com uma simples coriza, febre e saem de lá com pneumonia. É necessário que o chefe da 10ª Regional se coloque no lugar daquelas pessoas, porque ele está falando muito bem, dizendo que está resolvendo estes problemas; mas resolver o problema não é deixar as pessoas lá clicadas por 8, 10 ou mais dias. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado pela participação vereador. Estou contente quando ouvi hoje o pronunciamento do subgovernador Severino Folador, que diz o seguinte: temos que usar a franqueza. Se o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

chefe da 10ª Regional não quer usar a franqueza, que somente vem aqui e mente; já mentiu nesta Plenária, aqui na CPI da Saúde, então dizer o seguinte: ele que fale a verdade: “infelizmente, não tenho leito pra atender a população de Cascavel.” Era o que tinha. Obrigado. – Presidente Luiz Frare: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. (Abriu mão). Com a palavra vereador Professor Paulino. (Abriu mão, também). Com a palavra Luiz Frare que também (abre mão). Com a palavra Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Também abro mão. Obrigado. – Presidente Luiz Frare: Com a palavra vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo Porto: Abro mão, boa tarde a todos. – Presidente: Com a palavra vereador Luiz Amélio Burgarelli. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Gostaria aqui, dar uma boa tarde a todos os resistentes como nós e querendo já encerrar. Queria agradecer a comunidade de Cascavel, a cidade, porque na sexta-feira recebi um convite muito bonito da história do teatro de Cascavel. Não tinha como não falar, não sei como que os que outros que estavam na minha frente não falaram ou alguém que está atrás de mim, vamos dividir; mas acho que é consenso que é realmente uma grande obra. Recebi algumas coisas aqui e alguns apedrejaram: é obra superfaturada. Todos nós já nos envolvemos de uma forma ou de outra em um puxadinho, alguma coisa assim. E o projeto vem de longa data, da gestão Salazar, passa por Edgar Bueno, passa por Lísias, volta pra Edgar Bueno e finalmente a gente tem uma grande obra em Cascavel; um monumento à cultura. É elite? Não sei. Acredito que não. Acredito que todos os segmentos sociais da cidade se servirão dele de maneira direta ou indireta. Queria também, que outros segmentos, setores mais simples da cidade de Cascavel não fossem esquecidos, como os distritos, bairros com atividades mais simples, mas que toda cultura fosse valorizada. Lamento também, que não temos na nossa curta história de Cascavel de 60 anos, um grande ícone a nível nacional da cultura, do conhecimento, pra que nós demos esse nome ao teatro. Temos um nome que trabalhou na cidade e que teve todo seu reconhecimento. O nome, ainda é controverso e hoje vimos no convite Teatro Municipal de Cascavel; mas saudar todos os envolvidos desde o projeto inicial, sua concepção, sua ideia, a todos que trabalharam lá. É um projeto de milhares de mãos e coube, quisera o destino o Edgar Bueno, se Deus quiser, inaugurar na sexta-feira. Parabéns a Cascavel, a cultura fazendo este voto pra que não sejam esquecidas outras manifestações mais simples e não os grandes eventos teatrais da cultura em Cascavel. – Vereador Fernando Winter: Só pra te dar em nome da Casa; às vezes os vereadores manifestaram as boas vindas, a gente conhece seu trabalho na área da ciência, medicina, o quanto você tem contribuído pra sociedade de Cascavel. Sabemos do seu trabalho como vereador na outra gestão e seja bem vindo aí, neste trabalho. Não sabemos quanto tempo você ficaria, mas receba as boas vindas da Casa. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Obrigado Fernando Winter, obrigado aos colegas. – Presidente Luiz Frare: Não havendo mais ninguém pra pronunciamento de interesse público encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezessete horas e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO
Presidente

ROMULO QUINTINO
1º Secretário